

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 302330-7

AGRAVANTE: CELPE– Companhia Energética de Pernambuco

AGRAVADO: Maria Edilene de Souza

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE INDEVIDO DE ENERGIA. DANO MORAL CONFIGURADO E ARBITRADO EM PATAMARES PROPORCIONAIS E RAZOÁVEIS. RECURSO IMPROVIDO.

1. O corte de energia elétrica indevido gera dano moral, haja vista a essencialidade do serviço e os grandes transtornos decorrentes da sua interrupção.
2. Valor indenizatório - R\$8.000,00 (oito mil reais) - arbitrado em estrita observância à razoabilidade e respeito aos parâmetros utilizados pela jurisprudência pátria, bem como ao grau de culpa do agravante e a função pedagógica da medida.
3. No tocante ao termo inicial de incidência dos juros moratórios, por tratar-se de dano moral decorrente de relação contratual, inicia-se a partir da citação.
4. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 302330-7, em que figura como Agravante CELPE– Companhia Energética de Pernambuco, e como Agravada Maria Edilene de Souza, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 3-10-2013


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 302330-7

AGRAVANTE: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

AGRAVADO: Maria Edilene de Souza

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo legal (fls. 104/108) interposto contra decisão terminativa que negou seguimento à apelação intentada pela ora agravante (fls. 98/101) em face de sentença proferida pelo juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Capital em ação de indenização por danos morais ajuizada.

Cinge-se a presente questão a respeito de corte indevido. Em sentença, o magistrado singular julgou o pleito procedente, condenando o ora agravante ao pagamento de R\$ 8.000,00(oito mil reais) a título de danos morais, com incidência de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária pela tabela do ENCOGE, a partir da data da respectiva decisão.

Em recurso, alega o agravante, em síntese: a) a decisão vergastada teria desconsiderado que a fatura objeto do corte encontrava-se em aberto; b) a medida adotada se constituiu em exercício regular de direito, tendo em vista o inadimplemento da usuária. Por fim, sustenta que os juros de mora devem incidir a partir da data da decisão, com base no entendimento sumular nº 362 do Superior Tribunal de Justiça.

Pugnou pelo provimento do recurso no sentido de improcedência integral dos pedidos formulados no pleito autoral.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o Relatório.

Recife, 3-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 302330-7

AGRAVANTE: CELPE- Companhia Energética de Pernambuco

AGRAVADO: Maria Edilene de Souza

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Versa a presente questão a respeito de corte indevido de energia elétrica. Em inicial, relata a autora/agravada que respectivo serviço teria sido suspenso em 02.09.2011 com base em inadimplemento de fatura com vencimento em 10.06.2011, a qual comprova sua quitação em 04.06.2011.

Em contestação, a concessionária agravante confirmou a realização do corte, atestando entretanto sua legalidade, tendo em vista o inadimplemento da consumidora agravada. Não obstante, não anexa aos autos qualquer documentação que comprove o débito motivador do ato em análise.

Desta forma, observa-se que a concessionária não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito pleiteado na exordial, restando indevida a suspensão analisada e ensejando, consequentemente, o dever de reparação pelos danos causados a partir da suspensão indevida.

Perfilhando esse entendimento, este Tribunal de Justiça já esclareceu que o corte de energia realizado, estando o consumidor adimplente com suas faturas, é indevido e gera dano moral presumido, ou seja, que prescinde de prova. Sob esse diapasão, colhe-se o seguinte precedente:

EMENTA: CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. INADIMPLÊNCIA NÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORNECEDOR. DANO MORAL.

1. As contas com vencimentos em 27/05/2010 e 23/06/2010 foram pagas em 01/07/2010, havendo a suspensão do fornecimento em 02/07/2010. Após decisão de fl. 33, de 08/07/2010, ordenando o restabelecimento do serviço de energia, o fornecimento fora restabelecido.

2. Os funcionários da CELPE, ao dirigirem-se à residência da demandante, deixaram de verificar, com a cautela devida, a quitação das faturas, suscitada por ANTÔNIA MARIA DA SILVA no momento da visita. A atuação negligente da demandada, representada por seus prepostos, é geradora do dano moral.

3. O corte do fornecimento é de inteira responsabilidade do fornecedor (CELPE), assumindo o caráter objetivo, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.

4. O valor fixado pelo nobre sentenciante não se configura excessivo de modo a causar enriquecimento ilícito. O critério adotado por aquele julgador obedeceu à razoabilidade e proporcionalidade, levando em consideração as partes do processo e a conduta reiterada do apelante.

5. Recursos improvidos.(TJPE. 0005289-32.2010.8.17.0480. 4ª Câmara Cível. Rel. Des. Jones Figueiredo. Dje: 12.01.2012)

APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDORES ADIMPLENTES. BOA-FÉ OBJETIVA. VIOLAÇÃO. DANO MORAL. VERBA INDENIZATÓRIA. OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DOUTRINÁRIOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. IMPROVIMENTO. - O corte no fornecimento de eletricidade por débito anteriormente pago presume o dano moral. - A indenização deve guardar relação com os critérios tradicionais da doutrina, dentre eles, a extensão do dano, as condições pessoais da vítima, sua situação econômica e o caráter reparador da verba. Manutenção do quantum arbitrado em primeiro grau, pela coerência com estes parâmetros. - Na responsabilidade civil contratual, os juros de mora fluem a partir da citação. - Apelo improvido.(TJ-PE - APL: 6167120088171480 PE 0000616-71.2008.8.17.1480, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 12/01/2011, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13, undefined)

CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR ADIMPLENTE NO MOMENTO DO CORTE. SUSPENSÃO DO SERVIÇO INDEVIDA. DANO MORAL E MATERIAL. CONFIGURADO. AGRAVO. NÃO PROVIDO. A decisão desta Relatoria deu provimento parcial ao Recurso de Apelação da parte agravada, majorando o quantum fixado na decisão de piso e conhecendo o pedido do dano material comprovado e não apreciado no primeiro grau. No recurso de Agravo Legal em apreciação, a parte agravante não trouxe à baila novéis argumentações e, requereu a decretação da anulação/cassação do decisum proferido por este juízo. Recurso de Agravo a que se nega provimento.(TJ-PE - AGV: 2775940 PE 0014374-56.2012.8.17.0000, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 14/08/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 154, undefined)

Logo, o corte de energia elétrica indevido gera dano moral, haja vista a essencialidade do serviço e os grandes transtornos decorrentes da sua interrupção .

No que pertine ao valor indenizatório arbitrado em R\$ 8.000,00 na origem e mantido na terminativa atacada, não há fundamento nos autos que justifiquem a sua redução, já que esse montante foi estabelecido em estrita observância da razoabilidade e em respeito aos parâmetros utilizados pela jurisprudência pátria para sua fixação, sobretudo ao grau de culpa do agravante e a função pedagógica da medida.

Por fim, ressalta o agravante que os juros de mora referente à indenização determinada, arbitrados pelo julgador singular a partir da citação, deveriam ter sua data de incidência modificada para a data do arbitramento em respeito à súmula 362¹ do STJ.

De início, frise-se que a súmula em destaque refere-se à correção monetária. No mais destaque-se que, consoante já pacificado na jurisprudência do

¹ correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento

Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial de incidência dos juros moratórios, quando se trata de dano moral decorrente de relação contratual é a data da citação. Perfilhando esse entendimento: AgRg no AREsp 120.708/RS, Rel. Ministro Raul Araújo, quarta turma, julgado em 16/08/2012, DJe 06/09/2012; AgRg no REsp 1132658/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/08/2012, DJe 29/08/2012. Portanto, denota-se correta a data de incidência aplicada pelo julgador singular, inexistindo motivos para qualquer modificação.

Face ao exposto, restando irretocável a decisão terminativa proferida na apelação, **NEGO PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 3-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator